INTERVENÇÃO JUNTO AS FAMÍLIAS EM DESCUMPRIMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA

Irismar de Souza Melo¹
Meline Souza da Silva Sales²
Cristiane Lima de Oliveira³

RESUMO

O artigo pretende apresentar uma análise do projeto de intervenção “Descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF)”. O objetivo geral do projeto de intervenção foi acompanhar as famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF do CRAS Rubens Vaz da Costa, situado no Distrito Jurema, Caucaia/CE, no período de setembro a novembro de 2011, especificamente as famílias citadas no relatório de descumprimento do PBF, ressaltando a particularidade do Benefício Variável Jovem - BVJ⁴, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A metodologia utilizada foi a busca ativa desses sujeitos e realização de grupo focal para orientar e estimular a emancipação sustentada das famílias.

Palavras-chave: Programa bolsa família. Descumprimento. Condicionalidades.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda com condicionalidades que alcança 12 milhões de famílias. A realização do programa é caracterizada pela gestão intersetorial com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), responsável pela atenção básica às famílias beneficiárias do programa, com cuidado especial para aquelas em situação de descumprimento de condicionalidades, consideradas as famílias mais vulneráveis; com a Política de Saúde, que através do Sistema Único de Saúde (SUS) tem o compromisso de garantir o acompanhamento semestral de 73% das famílias

¹ Faculdade terra Nordeste – FATENE - iris.marmelo@hotmail.com

² Universidade Estadual do Ceará –UECE - meline_silva@hotmail.com

³ Universidade Estadual do Ceará – UECE - cristianelima29@yahoo.com.br

⁴ O Benefício Variável Jovem é uma modalidade de benefício do Programa Bolsa Família, vinculado ao adolescente de 16 e 17 anos.

beneficiárias do programa, nas quais são oferecidas, a partir das Unidades Básicas de Saúde, ações de pré-natal às gestantes, atenção às nutrizes, vacinação e vigilância nutricional às crianças menores de sete anos; e com a Política de Educação, que possibilita o monitoramento individual da frequência escolar de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias, o que representa um universo de mais de 17 milhões de pessoas entre 6 e 17 anos⁵.

Essas ações são mecanismos que servem para reforçar o acesso, dos mais pobres, aos direitos básicos contribuindo para romper o ciclo de continuidade da pobreza entre gerações e seu monitoramento permite a identificação de riscos e vulnerabilidades que dificultam o acesso das famílias aos serviços sociais que lhes são de direito.

2 DESENVOLVIMENTO

O Programa Bolsa Família que alcança 12 milhões de famílias, beneficia uma população de aproximadamente 48 milhões de pessoas, isso no âmbito nacional. Numa análise comparativa dos dados CADÚNICO⁶ com os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), confirma maior concentração de beneficiários na região Nordeste (52,42%), ou seja, 6,5 milhões de famílias.

O Ceará conta com 1,02 milhões dessas famílias beneficiadas onde 544 famílias perderam o benefício no mês Julho por descumprimento das condicionalidades referente à frequência escolar.

Trazendo a problemática para o nível local, em particular da dinâmica do CRAS Rubens Vaz da Costa, a unidade localiza-se no bairro Marechal Rondon, no distrito da Jurema, Caucaia/CE. Segundo dados coletados através de uma publicação de 1991 com o tema: “Do mutirão 50 ao Residencial Novo Alvorada”, bem como através de informações prestadas pelo monitor cultural Zacarias, a respeito da formação do bairro, nos foi informado que o conjunto é resultante do processo de remoção de comunidades, que se situavam na orla marítima de

⁵ Pesquisa realizada no Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do programa Bolsa Família. Brasília/DF – 2010.

⁶ Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, pelo Decreto nº 6.135, de 26/06/2007.

Fortaleza, durante a construção da Avenida Leste-Oeste. Vale destacar que a construção da maioria das casas se deu a partir de alguns programas de habitação realizados na época através de mutirões com os moradores do Marechal Rondon.

No espaço físico onde é o CRAS Rubens Vaz da Costa funcionava um Centro Social Urbano. A partir de 2006 foi instalado então o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que representa a porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e é lugar de convergência de diferentes ações, como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), com o acompanhamento das famílias participantes do Programa Bolsa Família e dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, o BPC; e os serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos para jovens, idosos e crianças e de inclusão produtiva com cursos realizados pelo SENAI⁷ através do PlanseQ's.⁸

Seu território de abrangência compreende os bairros: Araturi, Esplanada do Araturi, Marechal Rondon, Parque dos Cajueiros, Loteamento dos Cariocas e Parque Tropical. De acordo com o censo SUAS, em 2011, os dados baseados no levantamento junto ao CADÚNICO do município de Caucaia existem 2.415 mil famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS Rubens Vaz e são beneficiadas pelo PBF, dessas menos de 1% estão em descumprimento das condicionalidades.

Lembrando que as condicionalidades do PBF visam reforçar o direito de acesso às políticas de saúde, educação e assistência social e seu monitoramento permitem a identificação de riscos e vulnerabilidades que dificultam o acesso das famílias aos serviços sociais a que tem direito.

Segundo o Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família (GACPBF), *condicionalidades*, são os compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, que precisam ser ofertados pelos governos e cumprida pelas famílias, para que elas permaneçam no PBF. Esses compromissos são os seguintes:

⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

⁸ Plano Setorial de Qualificação – Resolução nº 408, do CODEFAT, de 28/10/2004

- Na área de Educação, para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos: a matrícula e a garantia da frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal. Para os adolescentes de 16 e 17 anos, além da matrícula, deve-se observar a garantia de pelo menos 75% da frequência escolar mensal.

- Na área de Saúde, os compromissos dos pais ou responsáveis: manter atualizado o calendário de vacinação das crianças menores de sete anos e levar as crianças para pesar, medir e serem examinadas, conforme o calendário do Ministério da Saúde. As gestantes e mães que amamentam devem participar do pré-natal e ir às consultas na Unidade Básica de Saúde. Após o parto, devem continuar o acompanhamento da própria saúde e do bebê, além de participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento e alimentação saudável.

- Na área de Assistência Social, o compromisso é a frequência mínima de 85% da carga horária relativa às ações de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos pelos municípios para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco de trabalho infantil no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI).

As famílias que descumprirem as condicionalidades do PBF ficam sujeitas a efeitos gradativos sobre seu benefício, conforme estabelecido na portaria GM/MDS nº 321/2008. No caso do Benefício Variável Jovem (BVJ), vinculado ao adolescente, a aplicação do efeito decorrente do descumprimento de condicionalidades que segue regras distintas: tem efeito apenas sobre o BVJ correspondente ao jovem que a descumpriu, enquanto os demais membros não sofrem os efeitos.

Veja nos Quadros 01 e 02 os efeitos decorrentes do descumprimento⁹:

⁹ Dados retirados da Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família – MDS – Brasília/DF, 2010.

QUADRO 01

Efeitos por descumprimento de condicionalidades do PBF (crianças e gestantes/nutrizes):

Descumprimento	Efeito	Situação do Benefício Financeiro
1° Registro	Advertência	. A família continua recebendo o benefício normalmente.
2° Registro	Bloqueio por 30 dias	. Uma parcela de pagamento do benefício fica retida por 30 dias . Após 30 dias, a família volta a receber o benefício normalmente; e a parcela bloqueada pode ser sacada
3° Registro	Suspensão por 60 dias	. Duas parcelas de pagamento do benefício não são pagas à família. Após 60 dias, a família volta a receber o benefício normalmente; mas as duas parcelas relativas ao período de suspensão não são pagas à família.
4° Registro	Cancelamento	. Parcelas do benefício que ainda não foram sacadas pela família são canceladas; . Parcelas do benefício que seriam pagas à família nos meses seguintes são interrompidas; . A família é desligada do PBF.

Fonte: Guia para Acompanhamento das condicionalidades do PBF – MDS, 2010.

QUADRO 02

Efeitos por descumprimento de condicionalidades do BVJ (jovens de 16 e 17 anos):

Descumprimento	Efeito	Efeito no BVJ correspondente
1° Registro	Advertência	. Não há efeito sobre o benefício
2° Registro	Suspensão por 60 dias	. O benefício do jovem é suspenso por 60 dias. E ele não recebe as parcelas suspensas.
3° Registro	Cancelamento	. O benefício do jovem é cancelado.

Fonte: Guia para Acompanhamento das condicionalidades do PBF – MDS, 2010.

Observando o descumprimento das condicionalidades, fazem-se necessárias ações que promovam o acompanhamento dessas famílias visando à recuperação de sua capacidade protetiva e a eliminação ou diminuição dos riscos e vulnerabilidades sociais a que estão submetidos, que atingem as famílias e indivíduos colocando desafios e necessidades que em muito extrapolam a dimensão da renda.

São no âmbito dos serviços que se podem trabalhar efetivamente os aspectos objetivos e subjetivos relacionados aos direitos de convivência familiar e comunitária e à segurança de acolhida, conforme determina a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

“[...] o que poderia ser desenvolvido seriam ações educativas, de orientação, encaminhamento e acompanhamento das famílias para a adequada utilização dos serviços disponíveis. Assim concebidas, as condicionalidades, ao contrário de restrições, imposições ou obrigatorialidades, significariam ampliação de direitos sociais (SILVA, 2007, p.142-143)

O projeto foi elaborado para atender as demandas postas pelos usuários que buscavam ajuda na última repercussão gradativa, que é o efeito no benefício da família em decorrência do descumprimento das condicionalidades e pode ser: advertência, o bloqueio, a suspensão ou o cancelamento sendo uma proposta de intervenção junto às famílias garantindo que a ação de acompanhamento seja respaldada pela manutenção da continuidade da transferência da renda, evitando o agravamento da situação de vulnerabilidade.

O projeto tem um fim social, pois busca orientar as famílias quanto à possibilidade de entrar com recurso para interrupção temporária dos efeitos por descumprimento das condicionalidades e encaminhá-las a outros programas e políticas sociais.

“[...] outra função da assistência social, além da inclusão: a manutenção da inclusão como condição para o pertencimento social. Para tanto, assistência

terá de contar como co-participação das demais políticas públicas, inclusive a do trabalho digno, para que o pertencimento do sujeito se faça possível em todas as esferas da atividade humano-social.” (PEREIRA, 1997, p.125).

O projeto inicia-se com a busca ativa das famílias em descumprimento, assim como das famílias candidatas a entrar no programa. Essas famílias buscam, junto ao CADÚNICO, o benefício do programa e são agendadas para futuras visitas dos agentes do cadastro onde é feita uma pré-análise.

Após convite prévio das famílias realizam-se reuniões semanais, buscando orientar e estimular a emancipação sustentada das famílias, entendendo que o acompanhamento não é apenas um registro de informações das famílias nos sistemas da saúde, da educação e da assistência, mas todo um processo de identificação das dificuldades que essas famílias têm para acessar os serviços básicos e efetivar a garantia dos direitos sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto vai para além da nossa visão tecnicista. Trata-se de empoderamento, de pertencimento do usuário da assistência como cidadão de direito dessa Política de Assistência Social que por ser recente, ainda não conseguiu se mostrar como um todo e depende de nós profissionais que trabalhamos na ponta, ou seja, nos CRAS, termos a responsabilidade e a ética para informamos, e informamos corretamente, esse usuário de seus direitos.

Não foi possível a implementação do projeto de forma total devido às dificuldades enfrentadas, pela falta de transporte para realização das visitas, perdemos os prazos de entrar com os recursos, pois não conseguimos informar os usuários a tempo de recorrer, mas é caminhando que se faz o caminho.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004. Norma Operacional Básica NOB SUAS**. Brasília, DF, 2005.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Renda de Cidadania – SENARC/MDS. **Guia para acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 2010.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Resolução CIT nº7, de 10 de Setembro de 2009.

Vade Mecum do Serviço Social/ organizado por Cinthia Fonseca Lopes e Erivânia Berardino Cruz – Fortaleza: Premius, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, YASBEC, Maria Carmelita, GIOVANI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Centralização e exclusão social: duplo entrave à Política de Assistência Social**. Disponível em: <[HTTP://repositorio.bce.unb.br](http://repositorio.bce.unb.br)> acesso em: 24 de Outubro de 2011.

TELLES, Vera da Silva. **A cidadania inexistente: Incivilidade e pobreza**. Disponível em: <[HTTP://docs.google.com](http://docs.google.com)> acesso em: 24 de Outubro de 2011.